

CONHECIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS E A TEORIA DA COMPLEXIDADE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOS POVOS INDÍGENAS

Terezinha Alemam Amazonense
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
taalemam@bol.com.br

EIXO TEMÁTICO: GEOGRAFIA FÍSICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.

Resumo

A crise ambiental do nosso tempo representa a crise do conhecimento da atualidade. O modelo de desenvolvimento vigente chegou a um nível em que as diferenças sociais são alarmantes e a pressão sobre os recursos naturais torna-se cada vez mais assustadora. Este estudo versa sobre a contribuição dos pressupostos teóricos da Geografia e da Educação Ambiental para a valorização do patrimônio cultural dos povos indígenas do Alto Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. O pensamento complexo deverá permitir o repensar da forma de produção do conhecimento e a Educação Ambiental pautada na abordagem socioambiental estabelece as bases para uma proposição que incorpore esses pressupostos teóricos.

Palavra chave: Pensamento Complexo, Educação Ambiental, Povos Indígenas.

Abstract

The environmental crisis of our time is the crisis of knowledge today. The model of development reached a level where social differences are alarming and the pressure on natural resources becomes increasingly daunting. This study focuses on the theoretical contribution of Geography and Environmental Education for the appreciation of the cultural heritage of indigenous peoples of the Upper Rio Negro, municipality of São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Complex thinking should allow the rethinking of the form of knowledge production and environmental education based on socio-environmental approach lays the groundwork for a proposition that incorporates these theoretical assumptions.

Keyword: Complex Thinking, Environmental Education, Indigenous Peoples.

Introdução

Em pleno século XXI, com a crise ambiental resultante em grande parte pelo modelo de desenvolvimento econômico se constata realmente a necessidade de reformar o conhecimento predominante até hoje. A Geografia é a ciência que iniciou com Ratzel essa preocupação em buscar um conhecimento que conseguisse explicar a dinâmica no planeta sem desprezar os demais conhecimentos produzidos, levando em consideração todas as suas neuroses e dinamicidade.

Deparamo-nos numa época em que a mudança de pensamento se torna essencial para a continuidade da própria vida no planeta. E essa mudança deve considerar os vários conhecimentos que foram produzidos por todas as culturas, raças em todas as suas dimensões e aqui, em especial, as culturas indígenas demonstrando que sua forma de conhecimento deve e pode ajudar a enfrentar essa

crise de conhecimento que se perpetuou ao longo da história, apontando propostas para serem analisadas e consideradas para a mudança de paradigma que se pretende construir.

Objetivo

Este estudo se propõe, considerando os pressupostos teóricos da Geografia, da Educação Ambiental e da Teoria da Complexidade, a discutir a Educação Ambiental como alternativa para valorização do patrimônio cultural dos povos indígenas do Alto Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.

Material e Método

Em se caracterizando como uma pesquisa bibliográfica, de caráter propositivo, o referencial teórico, centrado nos eixos - Geografia, Educação Ambiental e o Paradigma da Complexidade - passa a constituir-se no arcabouço teórico de reflexão e sustentação para as ações a serem desencadeadas visando à valorização do patrimônio cultural dos povos indígenas, no sentido de atender aos propósitos dos marcos referenciais nacionais e internacionais da Educação Ambiental.

1. Complexidade e Geografia

Enfrentar os desafios que ameaçam a vida no planeta significa dar um novo sentido para o modo de vida que se tem hoje, significa incorporar um novo paradigma capaz de dar novos rumos a sociedade que desejamos que seja ideal para todos, pois o paradigma clássico vem perdendo a sua capacidade explicativa dos fenômenos que acometem a humanidade. Então é preciso compreender a crise do nosso tempo por outro olhar, uma nova metodologia capaz de explicá-la e que se possa trabalhar sobre ela.

Somos levados todos os dias a adquirir habilidades específicas em determinadas áreas para atender as demandas da sociedade que foi estruturada por campos de habilidades que não atendem a realidade em sua totalidade.

O planeta Terra contempla fenômenos que estão conectados e dependentes uns dos outros, não pode se explicar a vida humana independente da natureza. Só agora se percebe que a ciência constituída ao longo da história fragmentou os conhecimentos sobre a natureza e acabou por provocar uma sociedade, onde a inteligência humana se sobrepôs a sua racionalidade, em relação à natureza, acabando por perturbar sua ordem natural que segundo Morin (2000) se constitui a partir da desordem, mas que por esta ordem natural o planeta conseguiu se reestruturar e chegar à vida.

O modelo de vida que encontramos atualmente não consegue mais atender ao anseio de toda a humanidade. Enquanto algumas sociedades consideradas civilizadas avançam com voracidade sobre outras as condenando à submissão ao seu modelo de desenvolvimento, com propostas de tirá-las do atraso em que se encontram, acabam por condená-las à essa dependência de desenvolvimento que fere,

mata, amarga e deixa cicatrizes profundas de miséria e pobreza. Para Leff (2001, p.15), “a crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo.”

Todos os dias nos deparamos com notícias de morte e guerras, corrupção, desmatamento, catástrofes naturais, epidemias, fome e destruição que são resultados dessa sociedade construída, baseada no progresso econômico e tecnológico, que deveria proporcionar uma vida melhor à toda a humanidade. O que vemos na realidade são ampliações, cada vez maiores, das desigualdades sociais e culturais e rotulagem do que é bom e necessário para todos, com o propósito de homogeneizar as sociedades existentes.

Isso exige uma mudança profunda sobre as ciências que produziram o conhecimento, que nos conduziram à essa realidade que destrói os mais profundos sentimentos de caráter e respeito às diferentes culturas e formas de conhecimento.

Constitui uma crise do pensamento ocidental que ordenou a dinâmica sobre a Terra até os dias de hoje. Portanto essa crise ambiental pode ser considerada como consequência da forma como o conhecimento vem sendo produzido, isolado, fragmentado, com profundo distanciamento da realidade como um todo (LEFF,2003).

Para Leff (2003) esta crise ambiental pode ser entendida como a crise de civilização que leva o homem a repensar seus valores e a apreender a complexidade ambiental. Levar o homem a rever seus pensamentos que direcionaram o curso da história até então.

A maneira de compreender essa complexidade ambiental tende a recomeçar pela desnaturalização da história natural que levou a tecnificação e economização do mundo. O próprio pensamento crítico vê a complexidade ambiental como uma nova maneira de pensar o mundo, uma nova mudança de pensamento.

Pode-se dizer que não é novidade no universo das disciplinas e da institucionalidade científica de que elas se alicerçaram reduzindo e separando os conhecimentos. Aquilo que é diverso e múltiplo acaba isolado e descartando uma diversidade de idéias. Uma ciência baseada no cogito cartesiano e no utilitarismo baconiano, de isolar e simplificar o conhecimento tornando-o hegemônico na maneira de produzir o conhecimento científico. Não se levou em consideração seu ambiente natural, criando-se artificialismo para estudá-los em cenários isolados manipulados de acordo com o observador.

Dentro desse universo acabou-se por excluir tudo aquilo que não podia ser isolado e estudado separadamente, baseado nos princípios matemáticos e também se condicionou a diversidade a render-se aos métodos e modelos preestabelecidos. Isolando e criando artificialismos de ambientes forçados a seguir tais métodos. Isso não se restringe apenas as ações das disciplinas, mas o próprio objeto de estudo que cada disciplina elegeu como seu, e que acaba por ser também objeto de outra investigação. E a história de várias disciplinas acaba sendo obrigada a seguir uma linearidade para conseguir explicar o que se quer.

Tudo se passa, em suma, como se também na história das ciências e de suas disciplinas um modelo de evolucionismo linear, irreversível, produtor de linhagens, espécies e isolamentos, igualmente se verificasse. Mas, se abandonássemos o vício da simplificação que as condutas disciplinadas apenas por paradigmas evolucionistas (lineares), disjuntivos ou redutores, nos impõem, outras possibilidades de conexões, outros cruzamentos de personalidades e formulações, outras histórias, poderiam, enfim, descortinar-se em nossos horizontes de análises. (SILVA e GALENO, 2004, p.69)

Para Silva e Galeno (2004), se voltarmos a verificar o processo das origens das fronteiras disciplinares iremos constatar que existem muitas situações de diálogo e de trânsito disciplinar que poderiam mostrar os caminhos muitas vezes que foram interrompidos ou abandonados, que poderia dar suporte a ciência que se pretende construir na atualidade. Uma dessas propostas é a de Friedrich Ratzel, que foi considerado um dos pais da Geografia Humana, e tentou abordar em caráter científico aos fenômenos humanos baseado em trocas entre as disciplinas.

Nas obras de Ratzel é possível encontrar elementos que dão suporte ao conhecimento científico que se pretende construir, levando em consideração os contextos de épocas diferentes, que são abordadas que se direcionam a um potencial de contribuição do legado ratzeliano para o debate da atualidade à respeito da antropogeografia.

Ratzel foi o pensador que se destacou para os debates daquela época e que contribui para a discussão atual sobre a epistemologia da Geografia. Com propósitos diversos vê-se em suas obras a busca de explicações para variados fenômenos numa tentativa de relacionar diversas áreas de conhecimento, daí sua proposta da antropogeografia que deveria servir para abordar a complexidade do mundo.

O seu conceito de “complexo Terra” funda-se na idéia da existência de conexões entre sistemas ou organismos de diversos tipos. Tais conexões não se compreendem, tampouco se verificam, sem a consideração da componente espacial. (SILVA e GALENO,2004,p.74).

Para Ratzel era preciso superar o legado científico fundado em separações inexistentes:

Nos séculos passados a ciência entendia que a compreensão da vida orgânica não era possível se não considerasse a vida como completamente separada da Terra. A energia vital era entendida com algo totalmente distinto de todas as outras forças da natureza denominada “morta”. (SILVA e GALENO,2004, p. 75).

Nota-se que para Ratzel o homem é independente da natureza, não no sentido de se afastar dela, mas no sentido de se utilizar dela de maneira mais branda, e como ele diz menos imperioso, assim como os instrumentos utilizados para compreendê-la baseado num discurso menos excludente e independências que não existem. Seu discurso baseado então no procedimento geográfico e conseqüentemente antropogeográfico, Silva e Galeno (2004) enfatizam que Ratzel propunha a

construção de áreas de conhecimento pouco restritivas, isto é, ultrapassando os muros que delimitavam seu objeto de estudo que ele denominou hologéica (abraçadora de toda a Terra).

O estudo da Geografia se propõe a ser uma ciência de base ampla, já que a maioria das ciências se divide em especializações, o que possibilita a descoberta de novos campos investigativos. Silva e Galeno (2004), destacam nas obras de Ratzel essa preocupação epistemológica de buscar estímulos às aproximações disciplinares, principalmente entre as chamadas ciências dos homens, além das sugestões de caminhos e métodos facilitadores dessas aproximações. Ratzel expõe as suas convicções acerca das afinidades disciplinares sobre a Geografia e as demais ciências sociais, criticando as abordagens fragmentadas e reafirmando as suas idéias de uma biogeografia universal e de uma antropogeografia, como meios para superação de visões parciais do significado, tanto da vida de modo geral, assim como da ação humana no contexto planetário.

2. Construção do Conhecimento Indígena e a Teoria da Complexidade

O conhecimento das sociedades indígenas segundo Silva (1977) é construído, pessoalmente, através da observação, escuta e prática. Essa prática se constitui essencial por viverem em harmonia com a natureza, em seu entorno, desde milhares de gerações; mesmo em situações consideradas precárias ou atrasadas essas informações constituem um tesouro a ser descoberto. Esse conhecimento se constitui também como uma potencialidade para salvar o planeta de um colapso do desenvolvimento preterido até os dias de hoje, que vem gerando desigualdades cada vez mais gritantes e ameaçadoras à toda a humanidade. É o questionamento sobre que tipo de conhecimento se produziu, ou se considerou legítimo, até os dias atuais e que agora se encontra em crise por não conseguir explicar tudo que acontece na natureza de maneira ordenada.

Os espaços estão cada vez mais homogêneos, perdendo seus significados, atendendo aos interesses do capital, porém as populações tradicionais têm resistido à perversidade desta ameaça e procuram conservar sua cultura frente aos atrativos impostos pela tecnologia, principalmente.

Enfrentando a ameaça da globalização, a resistência vem por meio da necessidade de conservação e preservação da natureza, como parte integrante de suas vidas e de suas histórias. Significados e representações na paisagem são atribuídos pelos povos indígenas, desde os tempos imemoráveis, e permanecem fortes atravessando gerações.

Cada vez mais vemos a grandiosidade deste conhecimento que conseguiu prevalecer até os dias atuais, trazendo às nações ditas civilizadas, como um instrumento de poder de sua resistência, isto é, um instrumento de afirmação destes povos transmitido em gerações e que são ameaçadas hoje pelo efeito do mercado. Para Rosane Steinbrenner (2009), as populações tradicionais, como as populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, a partir do entendimento etnoecológico, ganharam a conotação de aliados da conservação dos recursos naturais, conquistaram defensores, mobilizaram-se, ganharam visibilidade e, de alguma forma, inseriram-se na agenda pública.

Este campo discursivo da sustentabilidade não surge como o desenvolvimento de uma essência, mas como efeito de um limite: e da racionalidade econômica, científica e instrumental que objetiva o mundo e domina a natureza (LEFF, 2003, p.36).

Esse patrimônio material e imaterial que concilia sobrevivência e afirmação cultural atrai olhares cada vez mais ambiciosos para os costumes e tradições destes povos e que são representados na paisagem do lugar através dos rios, cachoeiras, igarapés, morros e lagos, todos com suas crendices e mitos.

Como a crise ambiental do nosso tempo representa a crise do conhecimento da atualidade, deve-se repensar que tipo de verdades e modelos sustentaram esse mundo que se mostra completamente insustentável. Romper com estes conhecimentos é repensar e valorizar os conhecimentos produzidos de outra maneira e fortalecer a complexidade que leva em consideração todos os saberes que construíram a história, inclusive das sociedades indígenas.

A identidade na perspectiva da complexidade ambiental implica dar um salto fora da lógica formal, para pensar um mundo conformado por uma diversidade de identidades, que constituem formas diferenciadas do ser e entranham os sentidos coletivos dos povos. (LEFF, 2003, p. 47)

Faz-se necessária uma reflexão sobre a produção de conhecimento, baseada na complexidade, buscando uma nova maneira de explicar o mundo, desvinculado da economia e do mercado, trata-se na mudança do próprio pensamento.

A configuração das identidades e do ser na complexidade ambiental se dá como o posicionamento do indivíduo e de um povo no mundo; na construção de um saber que orienta estratégias de apropriação da natureza e a construção de mundos de vida diversos. (LEFF, 2003, p. 47)

Para os habitantes da região do alto Rio Negro, a educação baseada nos moldes do conhecimento científico e racional baseada no pensamento lógico, seria a única forma de proporcionar uma vida melhor para seu povo. É preciso desconstruir este tipo de conhecimento para construir outro tipo de conhecimento que proporcione a construção de sua autonomia, baseada no conhecimento milenar destes povos com a maior diversidade cultural e lingüística do país onde o patrimônio, natureza e forças míticas se encontram indissociáveis.

No jogo democrático e no espaço da complexidade, a identidade não é somente a reafirmação do uno na tolerância aos demais; é a reconstituição do ser pela introjeção da outridade – a alteridade, a diferença, a diversidade -, na hibridação da natureza e da cultura, através de um diálogo de saberes. (LEFF, 2003, p. 49)

Não se pode negar que o uso dos conhecimentos dos povos indígenas é importante para a sociedade ocidental, por seu modelo de desenvolvimento sustentável agora tão valorizado pela sociedade atual. No entanto temos outro problema que surge que é a apropriação desse conhecimento pelo mercado, de modo unilateral, deixando essa sociedade desprovida dos benefícios que poderiam vir desse conhecimento.

É o direito de ser diferente, o direito de autonomia, seu rechaço a ser integrados à ordem econômico-ecológico globalizada, a sua unidade dominadora e sua igualdade competitiva. O direito a um ser próprio e coletivo que reconhece seu passado e projeta seu futuro; que reconhece sua natureza e restabelece seu território; que recupera o saber e a fala para localizar-se em seu lugar e dizer sua palavra dentro do discurso e as estratégias da sustentabilidade. (LEFF, 2003, p.54)

Na região do alto Rio Negro um de seus maiores patrimônios é a Geografia Mítica, onde há a fusão do patrimônio natural com o cultural permitido pela presença dos povos indígenas. Todas as formações físico-geográficas tomam vida e significado por meio dos mitos de origem, das lendas específicas. Uma mesma formação pode ter vários significados dependendo do mito de cada povo cujo patrimônio natural e cultural é indissociável (FARIA, 2007).

Para os povos indígenas, o patrimônio é um só “tudo que nós temos. As árvores, pedras, nossas casas, as serras, nossa língua, nossos cantos, danças, os animais, os rios, a comida, os nossos conhecimentos sobre ervas e plantas, artesanatos. Tudo que precisamos para viver que têm muito valor para nós. É a nossa riqueza” (FARIA, 2007 *apud* DUARTE, 2005).

3. Educação Ambiental: Valorização do Patrimônio dos Povos Indígenas

A preocupação do legado para as futuras gerações deve ser o principal foco para mudança de pensamento que a crise ambiental nos alerta. Morin e Kern (1993) *apud* Santos (2001) destacam a necessidade de uma necessária reforma do pensamento. Essa reforma de pensamento é aquela que gerará um pensamento do contexto e do complexo. Os autores explicam que o **pensamento do contexto** deve pensar em termos planetários a política, a economia, a demografia, a ecologia, procurando sempre a inseparabilidade e a inter-retro-ação entre o fenômeno e o seu contexto e de todo o contexto com o contexto planetário. E o **pensamento complexo** deve reunir o que está separado e compartimentado, respeitando o diverso sem deixar de reconhecer o uno, discernindo as interdependências.

Praticamente nos deparamos com uma inversão de valores; onde os valores materiais se sobrepõem aos valores morais e da ética. Estamos vivendo numa sociedade doente onde a crise ambiental nos alerta para essa mudança que exige uma postura radical de pensamento e nos remete a refletir a Educação Ambiental. Para Leff (2003, p. 55), “A crise ambiental não é crise ecológica, mas crise da razão”

Essa transformação deve começar nas escolas, na educação de sua maneira mais ampla possível e provocar a reforma de pensamento enfatizada por Morin e Kern (1993), buscando alternativas que suavizem os danos causados não só à natureza, mas ao próprio ser humano..

O conhecimento que se produziu nas escolas, segundo Ubiratan D'Ambrósio (2002), priorizou os conhecimento disciplinar que se baseia em saberes concluídos, barrando outras formas de saberes e determinando um comportamento social subordinado à esses valores. Para as populações indígenas o conhecimento não é separado do seu cotidiano, seus valores e crenças são levados para a vida toda e repassadas por via oral por longas gerações ...

O modelo de desenvolvimento vigente chegou à um nível em que as diferenças sociais são alarmantes e a pressão sobre os recursos naturais torna-se cada vez mais assustadora. Foi com esta preocupação que aconteceu a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, 1972, e da qual resultou a Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano; pode se considerar como uma das primeiras manifestações da sociedade mundial em relação à minimização dessas diferenças sociais que levam países ricos a continuarem cada vez mais ricos e os países pobres cada vez mais pobres.

Apesar dos pontos positivos que o modelo de desenvolvimento trouxe, não podemos deixar de ver os seus efeitos colaterais que fizeram com o que ser humano se tornasse, [...] uma espécie automatizada, seres individualistas e egocêntricos e que, gradativamente, perdem a noção de solidariedade. (SANTOS, 2008, p. 18)

A Declaração de Tbilisi, resultante da Conferencia Intergovernamental sobre Educação Ambiental nos convoca a promover a educação na sua forma mais abrangente, procurando usar os conhecimentos e tecnologias para a solidariedade e cooperação entre os países de modo a promover o desenvolvimento sustentável.

Diante da multiplicidade de desafios, a educação emerge nas recomendações dos documentos consensuais oriundos de encontros nacionais e internacionais, na busca de promover mudanças nos rumos da sociedade. (SANTOS, 2008, p.19)

Reconhece-se a contínua interdependência entre o meio artificial e o meio natural intimando todos os países a sentirem-se responsáveis pela continuação da vida no planeta, fortalecendo, promovendo, valorizando, convocando e sensibilizando toda a sociedade e instituições para a responsabilidade de promoção de um ambiente saudável para as atuais e futuras gerações através da Educação Ambiental.

A crise paradigmática da produção do conhecimento, e da própria educação em particular, ultrapassa hoje o contexto acadêmico pois se refere a mudança da própria concepção de mundo, de nossa realidade e de si mesma.

Dada a importância da Educação Ambiental, é preciso reconhecer os saberes de diferentes sociedades que se desenvolveram em harmonia com seu meio ambiente e que agora sofrem pressões, como que as responsabilizando pelo uso sustentável dos seus recursos, ações que sem a interferência

do desenvolvimento capitalista as sociedades indígenas preservaram e procuram se defender à qualquer custo. É o que presenciamos e assistimos nos noticiários diários, onde atitudes radicais de grupos indígenas fazem fortalecer a sua íntima ligação com o seu meio, onde o estado não consegue penetrar nesse espaço, pois mesmo sem querer, podemos dizer que essas sociedades negam a existência do estado.

Do plano de ação da Terceira Cúpula da Terra tem-se o item sobre a erradicação da pobreza, onde se propõe uma mudança dos padrões insustentáveis de produção e consumo e a proteção e manejo dos recursos naturais, bem como a paz, a segurança, a estabilidade e o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento, bem como o respeito à diversidade cultural. Essa proposição julga esses elementos como essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável e assegurar que os benefícios sejam para todos.

Dentre outros, o Plano de Ação também prevê: apoio e assistência financeira à educação, pesquisa e programas de conscientização pública a países em desenvolvimento e países com economias em transição e integrar o desenvolvimento sustentável nos sistemas de educação de todos os níveis para promover a educação como agente chave de mudança; oportunidades formais e não-formais de continuidade educacional a todos os membros da comunidade.

Baseando-se nessas proposições e metas buscamos propostas para oportunizar as populações indígenas a inserção na busca constante de implementação de ações que possam assegurá-las o direito à demarcação de suas terras, que já vêm ocorrendo e preservação, valorização e fortalecimento de suas tradições.

A educação escolar indígena é uma das ações que vem sendo implementada em escolas indígenas do Rio Negro, que buscam fortalecer a cultura e, conseqüentemente, assegurar que essas populações permaneçam nas suas comunidades. Porém o que nota-se é que essas ações mesmo sendo emancipatórias ainda não conseguiram se desprender do modelo da educação ocidental vigente. É preciso buscar recursos financeiros para capacitar esses educadores indígenas nas suas comunidades e sensibilizá-los a se aperfeiçoarem buscando um modelo de desenvolvimento sustentável que possa partir de sua realidade, não adotando modelos de educação impostos pelo sistema vigente.

Os concursos públicos dos órgãos estaduais, federais e até mesmo municipais para a educação e outras áreas, ainda estão moldados no sistema ocidental vigente, e não valorizam os conhecimentos e habilidades dos povos desses lugares, levando-os à competir com pessoas preparadas pelo antigo sistema, que acabam ocupando esses cargos nos concursos públicos. Essas pessoas, em sua grande maioria, são totalmente alheias à realidade regional, não permanecendo no lugar por muito tempo, causando problemas de falta de pessoal nas instituições governamentais que operacionalizam as políticas públicas; esta situação se agrava em regiões fronteiriças como a região do Alto Rio Negro. E as populações indígenas que vivem nesta região são sempre deixadas em segundo plano, sendo consideradas como despreparadas para assumir a gestão de sua área de sobrevivência.

Na base de ação da Agenda 21, em seu capítulo 26 **sobre Reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades**, destaca-se: tendo em vista a inter-relação entre o meio natural e seu desenvolvimento sustentável e o bem estar cultural, social, econômico e físico das populações indígenas, os esforços nacionais e internacionais de implementação de um desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável devem reconhecer, acomodar, promover e fortalecer o papel das populações indígenas e suas comunidades.

Em seus meios de implementação da Agenda 21, “os Governos, em colaboração com as populações indígenas afetadas, devem incorporar os direitos e responsabilidades das populações indígenas e suas comunidades à legislação de cada país, na forma apropriada a sua situação específica.” (Agenda 21, cap.26).

E quanto ao desenvolvimento dos recursos humanos, a Agenda 21 destaca:

os organismos internacionais de desenvolvimento e os Governos devem destinar recursos financeiros e de outros tipos para a educação e o treinamento de populações indígenas e suas comunidades, a fim de que possam conseguir seu desenvolvimento autônomo sustentável, contribuir para o desenvolvimento sustentável e equitativo no plano nacional e participar dele. Deve-se dar atenção particular ao fortalecimento do papel da mulher indígena. (Agenda 21, cap.26)

Assim, é preciso o fortalecimento da identidade cultural dos povos indígenas visto que a muito custo conseguiram até hoje resistir ao modelo de desenvolvimento imposto pelo sistema atual. Há necessidade da definição de estratégias para uma otimização dessa capacidade de conviver em harmonia com o meio ambiente, como na sua cultura e diversidade; essa capacidade pode permitir a construção de modelos de desenvolvimento sustentável numa demonstração que é possível compatibilizar desenvolvimento com sustentabilidade.

4. Educação Ambiental: Proposta de Afirmação para as Sociedades Indígenas.

As sociedades indígenas buscam garantir seus direitos sobre suas riquezas que estão sendo usurpadas, a cada dia, através da biopirataria e mesmo extorsão sobre o uso de determinados lugares para o mercado, pela não aplicabilidade das políticas voltadas à valorização e manutenção de sua terra, cultura e crenças. Para tanto é preciso considerar a Educação Ambiental, como alternativa para manter esses conhecimentos e a afirmação de sua identidade. As organizações de apoio aos indígenas e o poder público devem procurar incrementar a informação e o acesso a eles para fortalecer essa outra racionalidade.

Para Santos (2008, p.33):

Essa racionalidade está orientada para a descentralização econômica e para a desconcentração do poder, leva a construir novas solidariedades sociais e formas de convivência sobre bases de igualdade e diversidade cultural; nas relações ecologicamente equilibradas de produção, se revalorizem as relações lúdicas e

estéticas com a natureza e se promovam à igualdade e a qualidade de vida como princípio fundamental da humanidade.

Só conseguiremos isso quando a Educação Ambiental de fato fizer parte de nossas vidas de forma clara e efetiva; essas sociedades mesmo sem saber sobrevivem ao vendaval do capitalismo selvagem. Sobrevivem por buscarem otimizar a valorização de seus conhecimentos e acreditarem naquilo que fazem sem interferência de outras culturas.

O problema da terra é o eixo central da questão indígena. A noção de território para as sociedades indígenas é muito mais do que simples meio de subsistência. A terra representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e de conhecimento. O conceito de território está ligado à história cultural do grupo, ao seu universo mitológico, às relações de família, ao conjunto das interações sociais, e ao sistema de alianças políticas e econômicas entre aldeias de um mesmo grupo. O território sustenta a trama da vida cultural de cada grupo. A garantia da terra é por isso condição essencial para assegurar a sobrevivência dos índios como grupos etnicamente diferenciados da sociedade nacional.

Para Morin (2001, p. 55):

a educação do futuro deve ser responsável para que a idéia de unidade da espécie humana não apague a idéia de diversidade e que a da sua diversidade não apague a de unidade. Há uma unidade humana. Há uma diversidade humana. A unidade não está apenas nos traços biológicos da espécie humana homo sapiens. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais e sociais do ser humano. Existe também diversidade propriamente biológica no seio da unidade humana; não apenas existe unidade cerebral, mas mental, psíquica, afetiva, intelectual; além disso, as mais diversas culturas e sociedades têm princípios geradores ou organizacionais comuns. É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno.

Para as sociedades indígenas deve ser garantida a posse da terra, a valorização de seus conhecimentos, crenças e costumes, bem como o reconhecimento de sua língua. Para isso é preciso buscar políticas sustentáveis que possam garantir-lhes esses direitos. Em relação a política indigenista na década de 90 houve uma consistente mudança em relação a proposta desta política e garantia de direito a demarcação de suas terras e propostas de ações e reestruturação de políticas públicas em relação aos serviços prestados às comunidades indígenas em relação a saúde, educação, política e cultural, em especial na região do alto Rio Negro. Trata-se de promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental.

O ser diferente faz com que as sociedades indígenas sejam vistas como sociedades atrasadas, um empecilho ao desenvolvimento. São na realidade culturas diferentes que têm suas próprias leis e costumes que são respeitadas pelo grupo da qual fazem parte e devem ser reconhecidas como tal. Devem-se buscar estratégias de adequação dos costumes, crenças, língua e conhecimento gerado por eles à história de seu tempo e ao universo em que vivem.

É impossível continuar com a idéia de que são povos atrasados. São sim populações com realidades e culturas diferenciadas na sua forma de agir e gerar conhecimentos que, por sua vez, são adequados à sua realidade e representam exemplo de preservação do meio ambiente e convivência harmoniosa com a natureza. Com a proposta de mudança cultural na sociedade, entende-se que são necessárias mudanças nos desejos e formas de olhar a realidade, nas utopias e nas necessidades materiais e simbólicas, nos padrões de produção e consumo, lazer e religiosidade.

O ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental almeja contribuir para o enraizamento de uma cultura de respeito e de valorização da diversidade e da identidade, ou seja, de ser diferente e gostar disto, sem deixar de lutar para superar aquelas diferenças que incomodam e oprimem, mas valorizando o outro em suas especificidades e com ele dialogando no sentido de trabalhar os conflitos, visando não a sua supressão, mas ao seu equacionamento democrático.

Espera-se o comprometimento do governo federal em promover a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, e de potencializar a função da educação para as mudanças culturais e sociais, inserindo a Educação Ambiental em seu planejamento estratégico.

Conclusão

Cada dia torna-se mais difícil conseguirmos explicações simplistas para o mundo em que vivemos; vivemos cada vez mais nas incertezas e, conseqüentemente num mundo mais complexo. A Geografia mesmo ser perceber claramente, vem dando passos embora lentos para compreensão desse mundo, considerando os diferentes saberes dentro do seu tempo e seu espaço, afirmando a complexidade dos fenômenos da nossa realidade.

A Geografia deve continuar trilhando o caminho que nos proporcione esse olhar diferenciado. Claval sugere que a Geografia não tenha medo de ser feliz, que realmente seja capaz de indagar questões complexas. Ter coragem de se propor uma coisa nova e que se fundamente na nossa realidade para que possamos juntos buscar soluções eficazes para as sociedades diferenciadas como é o caso dos povos indígenas.

A Educação Ambiental deve fortalecer o conhecimento e os modos de vida diferenciados desses povos de modo que possam buscar realmente soluções moldadas em sua realidade, visando uma educação para a cidadania onde possam ser geradas informações para promoção da igualdade e solidariedade entre os diversos povos. Onde possa haver uma maior fiscalização da coisa pública pelas

